

23.Novembro.2011 – 14h30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Professores de Informática - ANPRI

Professores Luís Pitta, Lúcia Ruão e António Ramos

Recebidos por: Deputados Carlos Enes (PS), Acácio Pinto (PS), Ana Jorge (PS), Isilda Aguincha (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Maria José Castelo Branco (PSD), Miguel Tiago (PCP), Odete João (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Emília Santos (PSD), Jacinto Serrão (PS), Maria Ester Vargas (PSD) e Maria Manuela Tender (PSD).

Assunto: Posição da ANPRI sobre o ensino da informática em Portugal e apresentação das preocupações em relação às propostas do Ministério da Educação e Ciência.

Exposição: Os representantes da Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI) manifestaram as suas preocupações na sequência da entrevista do Ministro da Educação e Ciência em que se equacionou o desaparecimento da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no 9º ano, referindo que os alunos dessa idade utilizam essencialmente as redes sociais, registando algumas deficiências noutras utilizações.

Nessa sequência, chamaram à atenção para as seguintes questões:

1. A segurança dos jovens, referindo que estes não sabem utilizar devidamente as redes sociais, disponibilizando nas mesmas informação pessoal;
2. O cyber-bullying, dado que há alunos que utilizam os perfis de outros para ofenderem terceiros;
3. A utilização deficiente dos programas informáticos pelos jovens, que em trabalhos copiam textos e imagens da internet e as apresentam sem lhes fazerem qualquer alteração, pelo que não são capazes de trabalhar de um modo eficaz e eficiente com os recursos informáticos, rentabilizando as suas potencialidades;
4. A necessidade de mudança do ensino das TIC, com inclusão de uma disciplina de Introdução à Informática, com conteúdos nas áreas da informação, produção, comunicação e segurança.

Nesta sequência propõem uma disciplina no início de cada ciclo, ou seja, no 5.º e 7.º ano, com um programa progressivo. Salientaram ainda que a disciplina de TIC já existiu no 10.º ano, mas actualmente só está disponível nos cursos tecnológicos e profissionais ou no 12.º ano, mas só vocacionada para as áreas de audiovisual e artes, pelo que um aluno que queira ir para um curso de informática ou de electrónica na universidade não tem uma disciplina de informática no secundário. Assim sendo, propõem que a disciplina de informática seja opcional para o secundário.

Referiram ainda a questão da necessidade de adopção de um manual durante 6 anos – regime geral de vigência dos manuais escolares – realçando a desactualização do mesmo nesse período e a impossibilidade de escolha de outro manual.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Interviu de seguida o deputado Miguel Tiago (PCP) que partilhou as preocupações da Associação e concordou com a importância da disciplina, que permite a manipulação, sendo esta a parte mais importante e realçou a necessidade de uma reflexão alargada sobre o programa de TIC.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que as palavras do Ministro não permitem dar o assunto como decidido, realçando que todos concordam que a introdução às tecnologias de informação e comunicação é fundamental para toda a gente, independentemente da idade, exigindo-se mais do que a realização de downloads e copy paste. Assim, realçou que o GP do PSD fará o possível para continuar a haver TIC, em prol dos alunos e salientou a aprendizagem do saber fazer e da prevenção. Referiu ainda que há muitas coisas do Plano Tecnológico que ainda não estão implementadas.

A deputada Odete João (PS) referiu a necessidade da existência da disciplina, mas também de meios informáticos, nomeadamente equipamentos, sendo que há muitas diferenças a este nível entre as várias escolas. Realçou a produção de conteúdos e a necessidade de os utilizadores serem activos, bem como a segurança na utilização das tecnologias de informação e comunicação. Referiu ainda que não obstante os manuais tenham a vigência de seis anos, a lei permite que aquela possa ser encurtada, nos casos de evolução acelerada do conhecimento científico.

Pedi ainda aos professores para se pronunciarem sobre a decisão do Ministério em relação à criação do CATE – Centro de Apoio TIC às Escolas – que confere apoio centralizado e exterior às escolas, eliminando o crédito horário para as equipas PTE, através do qual davam apoio ao sistema informático da escola e à manutenção do parque e equipamentos da mesma.

Os representantes da ANPRI referiram que o site do Ministério não possibilita à escola a escolha de outro manual de TIC. Indicaram também que há escolas que não receberam equipamento informático, o que não impede a transmissão dos conceitos de TIC, mas dificulta a leccionação das partes restantes do programa. Em relação ao CATE, entendem que a sua resposta às questões colocadas pelas escolas é muito atrasada, pelo que os professores continuam a desenvolver tarefas informáticas, nomeadamente de manutenção, mesmo sem horas atribuídas para o efeito e embora concordem que não são técnicos de informática. Salientaram ainda que a gestão da escola, as entradas e saídas na mesma, o acesso ao refeitório e o sistema de vídeo-vigilância são habitualmente informáticos e nos casos de não funcionamento, o CATE não tem dado uma resposta eficaz.

Manifestaram discordância pela passagem da disciplina de TIC para o 6.º ano e realçaram que os professores do secundário não têm habilitações para darem a disciplina nesse ano. Por último colocaram algumas questões em relação ao recrutamento de professores através de “ofertas de escola”, referindo os critérios de selecção, nomeadamente a relevância atribuída ao facto de o docente já ter leccionado naquela escola, informando que a Procuradoria Geral da República já se pronunciou sobre algumas ilegalidades verificadas. Informaram ainda que têm sido postos a leccionar a disciplina de TIC professores de outras áreas de formação e que os horários de informática estão acessíveis aos professores dos outros grupos, enquanto o inverso não se verifica.

Foi disponibilizado pelos professores um documento com a “*Posição da ANPRI sobre o ensino da Informática em Portugal*”, cujo teor se reproduz em anexo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A terminar, o deputado Acácio Pinto (PS) salientou que a informática é central e fundamental para a competitividade.

A reunião foi gravada em registo áudio, que está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 23 de Novembro de 2011

A Assessora da comissão

Teresa Fernandes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

Posição da ANPRI sobre o ensino da Informática em Portugal

Estamos imersos na sociedade da informação e do conhecimento, um mundo incrementalmente rico em tecnologias que levanta novas possibilidades e novas preocupações na educação (OECD, 2010). Por mais dúvidas que haja acerca do que é ou pode vir a ser esta nova sociedade, é já bastante certo e visível o enorme impacto das tecnologias da informação e da comunicação no dia-a-dia dos cidadãos e das organizações.

A tecnologia pode providenciar ferramentas que permitem melhorar o processo de ensino e aprendizagem, abrindo assim novas vias e oportunidades. Em particular, pode incrementar a customização do processo educacional, adaptando-o às necessidades particulares de cada estudante. Enquanto a educação prepara os estudantes para a vida adulta, deve providenciar-lhes as competências relacionadas com a tecnologia que necessitam para participar numa sociedade cada vez mais exigente. O desenvolvimento destas capacidades, que se incluem nas chamadas competências para o século XXI, tornou-se parte integrante dos objetivos da educação obrigatória (OECD, 2010).

A vida nas sociedades de hoje exige, de todos e de cada um, uma capacidade de transmitir e processar dados, disseminados num espaço cada vez mais global e mais facilmente acessível, transformando-os em informação e em saberes pertinentes, capazes de tornar inteligíveis os diversos cenários e trajetórias de evolução possível nos percursos pessoais e coletivos. A sociedade da informação obriga a um esforço de aprendizagem permanente. Numa economia do conhecimento balizada pela tecnologia, quem não dominar estas competências poderá sofrer uma nova forma de discriminação digital que poderá afetar a sua capacidade de participar integralmente na sociedade (OECD, 2010).

Numa visão global, os aprendizes do novo milénio viverão, como adultos, em ambientes em que a tecnologia desempenha um papel crucial. Não há razão para que as escolas sejam excluídas deste mundo. Pelo contrário, espera-se que as escolas assumam papéis de liderança neste mundo rico em tecnologia ou, pelo menos, que sejam inundadas pela tecnologia de formas que ajudem os estudantes a melhor entender e beneficiar das oportunidades oferecidas numa sociedade e economia ligadas em rede". (OECD, 2010)

O desafio é incontornável. A humanização das TIC e o seu desenvolvimento com garantias de equidade, dependem, em primeira mão, da educação. Por



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

isso, os professores são convocados a liderar esse processo de transformação social ao invés de se submeterem passivamente aos seus efeitos e consequências (Carneiro, 2003).

No entanto, embora muitos estudantes cheguem às escolas equipados com competências tecnológicas, isto não os torna utilizadores maduros da tecnologia. Mesmo que seja reconhecido que as novas gerações aparentam ser tecnologicamente aptas, isso não as faz automaticamente melhores e mais eficientes aprendentes. Pelo contrário, na ausência de um acompanhamento educativo, realizado por profissionais habilitados, os estudantes não conseguem desenvolver, por si mesmos, as competências necessárias ao incremento da sua educação (OECD, 2010).

Segundo Roberto Carneiro, a escola estará na vanguarda desta mudança “na medida em que os professores e as suas organizações representativas – associações profissionais, sindicatos, centros de formação – assumirem esse desígnio inadiável”. (Carneiro, 2003).

É neste sentido que a ANPRI, Associação Nacional de Professores de Informática, observa com preocupação as múltiplas notícias vindas a público nos últimos tempos acerca de uma possível revisão curricular do ensino básico.

Preocupação porque algumas das declarações emitidas nos parecem extemporâneas e, porventura, alicerçadas em falsas premissas, denotando alguma falta de informação e falta de diálogo do Ministério com quem lida todos os dias com os alunos – os professores. A afirmação proferida pelo Sr. Ministro da Educação ao jornal Público, afirmando que “a maioria dos jovens já domina os computadores perfeitamente e é questionável que seja necessário ter uma disciplina de TIC” é reveladora que foi, seguramente, mal informado pelos seus assessores.

A grande maioria dos alunos deste nível de escolaridade sabe, de facto, ligar e usar algumas aplicações de um computador. Mas “dominar” significa que o aluno deverá ser capaz de trabalhar de um modo eficaz e eficiente, utilizando recursos digitais on-line e off-line para pesquisar, seleccionar e tratar informação de acordo com objectivos concretos, decorrentes de questões e problemas previamente identificados, e com critérios de qualidade e pertinência. Deverá depois utilizar essa informação para conceber e desenvolver trabalhos escolares com recurso a diferentes ferramentas digitais, e criar documentos originais que expressem e representem conhecimentos, ideias e sentimentos.

Associação Nacional de Professores de Informática
Escola Secundária de D. Dinis, Marvila, Lisboa - Rua Manuel Teixeira Gomes - 1950-186 LISBOA
218310190 (ext. 360) - anpri@anpri.pt



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

“Dominar” significa também que o aluno sabe comunicar, interagir e colaborar usando ferramentas e ambientes de comunicação em rede, seleccionados de acordo com as respectivas potencialidades e constrangimentos, como estratégia de aprendizagem individual e colectiva, adoptando neste processo de comunicação comportamentos seguros, respeitando direitos de autor e de propriedade intelectual e observando normas de conduta na utilização de ambientes digitais on-line.

Essa não é, infelizmente, a realidade nas nossas escolas. Uma grande maioria destes alunos sabe utilizar primariamente um motor de busca, mas as suas pesquisas são na maior parte dos casos mal direccionadas e ineficazes. Há problemas na seleção de fontes fidedignas, servindo para a maioria dos estudantes a primeira fonte que obtêm numa pesquisa. O tratamento da informação passa muitas vezes por um processo de cópia, pura e simples, sem qualquer trabalho criativo por parte do aluno e sem que sejam expressos os seus conhecimentos e ideias.

É verdade que a maioria dos alunos comunica e interage em ambientes de comunicação em rede, nomeadamente nas redes sociais. Mas há aqui graves problemas no campo da segurança. A maioria destes alunos têm conta aberta no Facebook, colocando online informação pessoal e fotografias de modo indiscriminado e sem qualquer sentido de responsabilidade, tornando-se alvo fácil para os predadores sexuais que povoam estes meios. As redes sociais têm servido, também, como elemento de “cyber-bullying”, uma nova forma de abuso “on-line”, situação que se tem agravado nos últimos tempos e de que é representativo o caso mediático, que está agora a ser julgado, da publicação de imagens de agressão de uma menor por outras raparigas.

Por isso, dizer-se que “é questionável que seja necessário ter uma disciplina de TIC” é uma afirmação perigosa, suportada por falsas premissas. Há, isso sim, que mudar um programa completamente desactualizado e desajustado da realidade, criado numa perspectiva muito tecnicista e virada para as aplicações. A existência de uma (ou mais do que uma) disciplina deste tipo deve assentar em quatro eixos fundamentais: informação, produção, comunicação e segurança. Deverá assentar numa filosofia de formação gradual, com os conceitos a serem introduzidos em graus cada vez mais aprofundados conforme a idade do aluno, preferencialmente no início de cada ciclo. Deverá privilegiar os processos, assente numa metodologia de projeto, em detrimento da atual filosofia tecnicista e claramente voltada para o domínio técnico das aplicações. Deverá assentar em programas flexíveis. Deverá estar livre do espalhar de manuais escolares adotados por seis anos, prazo demasiado longo para um sector em que a mudança é a palavra e ordem. Deverá ser lecionada por

Associação Nacional de Professores de Informática
Escola Secundária de D. Dinis, Marvila, Lisboa - Rua Manuel Teixeira Gomes - 1950-186 LISBOA
218310190 (ext. 360) - anpri@anpri.pt



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

professores com formação adequada e não servir para completar horários de forma indiscriminada.

A ANPRI defende que a disciplina de TIC não deveria estar colocada no 9.º ano de escolaridade, no final do ensino básico. Sempre fomos defensores que uma disciplina de carácter introdutório às tecnologias da informação e da comunicação deveria ter presença no início dos ciclos e não no seu final. E, nesse sentido, estamos de acordo com uma eventual alteração do posicionamento da disciplina no currículo.

No entanto, colocar a disciplina no 6.º ano (como foi aventado na reunião do Conselho de Escolas) é, na nossa opinião, um erro, em tudo semelhante ao que levou à colocação de TIC no 9.º ano. A ANPRI defende a necessidade de uma disciplina deste tipo no início de cada ciclo. Falamos, concretamente, na colocação de TIC no 5.º e no 7.º anos, com uma estrutura programática semelhante, assente nos quatro eixos fundamentais já referidos (informação, produção, comunicação e segurança), mas com aprofundamentos diferentes e progressivos. A ideia da existência de uma disciplina deste tipo é dotar o aluno das competências necessárias no início de cada ciclo de estudos. Isso não se consegue com o posicionamento da disciplina no final (ou no meio) do ciclo. E há claramente necessidades diferentes no início do 2.º ou do 3.º ciclo.

Mas devemos falar também da necessidade de reprimir a disciplina de TIC no 10.º ano, de onde foi retirada nos cursos científico-humanísticos, o que deixou estes alunos com um défice de formação nesta área no que respeita aos seus colegas dos cursos tecnológicos (entretanto praticamente extintos pelo Ministério da Educação) e dos cursos profissionais. As consequências da remoção das TIC do 10.º ano começam agora a sentir-se. Os alunos chegam ao 12.º ano sem conseguirem fazer um gráfico numa folha de cálculo ou sem saberem integrar informação de uma aplicação num documento estruturado. As "queixas" dos professores do 12.º ano e dos seus colegas do ensino superior provam que o desaparecimento da disciplina foi um colossal erro.

Compreendemos os problemas económicos por que passa o nosso país a Europa e o mundo. Sabemos que tem que haver cortes em todos os setores da sociedade. Mas repudiamos completamente que qualquer solução para a crise passe pela deterioração da qualidade do ensino. A educação tem certamente muito por onde cortar que não seja na eliminação indiscriminada de disciplinas e no despedimento de professores.

O nosso país tem sido apontado como modelo a seguir no que respeita ao investimento que foi feito nas Tecnologias da Informação e Comunicação. E quando todos olham para nós com admiração, o que fazemos? Enterramos a

Associação Nacional de Professores de Informática
Escola Secundária de D. Dinis, Marvila, Lisboa - Rua Manuel Teixeira Gomes - 1950-186 LISBOA
218310190 (ext. 360) - anpri@anpri.pt



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

cabeça no chão e começamos a desinvestir. As medidas de poupança são, sobretudo, de carácter puramente economicista: a suspensão do programa de reestruturação do parque escolar, deixando as escolas secundárias não intervencionadas num limbo preocupante; a suspensão completa do plano tecnológico, aliada à eliminação do crédito horário para as equipas PTE, numa desvalorização completa do investimento feito por falta de várias das ações previstas, nomeadamente no que respeita à formação e certificação de professores; a criação do CATE - Centro de Apoio TIC às Escolas que se suspeita ser mais um elefante branco que só vem sorver os dinheiros públicos e dificultar o funcionamento das escolas, criando um intermediário desnecessário e agravando a já lenta resolução de problemas técnicos do lado das empresas, problemas esses cuja resolução era assegurada de uma forma quase integral pelas extintas equipas de coordenação PTE; o anúncio do desaparecimento de várias disciplinas ou da fusão de outras, em notícias atiradas para a opinião pública sem certezas e sem explicações, a somar às restrições cegas impostas no OE e que têm repercussões graves em áreas tão importantes quanto estruturantes do nosso, já de si debilitado sistema educativo português.

Resumindo, as nossas preocupações passam, fundamentalmente, pela qualidade do ensino. Pugnamos pela participação ativa da ANPRI na definição das estratégias para esta área e, principalmente, no desenho curricular do ensino básico e secundário e na elaboração dos conteúdos programáticos das disciplinas. Temos propostas concretas nesta área, alicerçadas na experiência dos professores do grupo de recrutamento de informática.

Defendemos também todas as medidas que permitam o cumprimento das metas da área da educação, definidas em vários documentos elaborados ou assinados pelo governo português, desde as metas de aprendizagem, ao quadro estratégico da União Europeia para 2020 e as metas educativas da Organização dos Estados Iberoamericanos para 2021.

E preocupa-nos também o futuro do ensino da informática do nosso país. Este ano temos assistido a violações sucessivas da lei no que respeita à contratação em oferta de escola de professores de informática, atribuindo-se horários deste grupo a docentes sem a qualificação para o exercício da função e em total atropelo da legislação em vigor.

Relembramos que a informática é um ramo das Ciências da Informação tão nobre como qualquer outra área do saber e não deve ser confundida com passeios e pesquisas na Internet!

Por isso, olhamos para o futuro do sector educativo com muita preocupação. Com menos professores, com menos investimento e com pouca preocupação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



Associação Nacional de
Professores de Informática

na melhoria dos currículos e das aprendizagens, a qualidade do ensino só pode decair aos níveis de há muitos anos atrás. A educação não é um setor que possa sofrer cortes indiscriminados sem se baixar, inevitavelmente, a sua qualidade. A educação é, porventura, o setor mais importante deste país e desinvestir nele é hipotecar o futuro da nação.

Referências

*Are the New Millennium Learners Making the Grade ?:
Technology Use and Educational Performance in PISA.*
Paris: OECD, 2010.

Roberto Carneiro. *Fundamentos da Educação e da
Aprendizagem: 21 Ensaios para o Século 21.* Vila Nova de
Gaia: Fundação Manuel Leão, 2003